

Tarso Genro e Vinicius Wu

ESQUERDA RENOVADA

Subsídios para uma nova
ação estratégica do PT



Tarso Genro e Vinicius Wu

ESQUERDA RENOVADA

Subsídios para uma nova
ação estratégica do PT



Revisão: Vera Spolidoro

Diagramação e Arte Final: Filipe Campoi

Brasília

Janeiro/2009

ESQUERDA RENOVADA

Subsídios para uma nova ação estratégica do PT

Tarso Genro e Vinícius Wu¹

Uma nova estratégia

Uma estratégia política socialista, conduzida por um partido de esquerda nos dias de hoje, deve recuperar os valores tradicionais da social-democracia pré-bolchevique e do socialismo democrático europeu e latino-americano² – república, igualdade e afirmação de direitos – atualizá-los e vinculá-los aos interesses concretos e às demandas políticas dos grupos e classes sociais, para as quais o crescimento econômico e a distribuição renda são uma necessidade ou uma exigência.

Esta vinculação – imprescindível para recompor a idéia de nação na pósmodernidade – deve ser capaz de comprometer estes setores com um padrão de desenvolvimento cujas características respondam a uma dupla necessidade estratégica, nacional e global: a) a promoção do **crescimento econômico com geração de empregos qualificados**, consolidando e estabilizando um amplo mercado interno e; b) **aproveitamento efetivo das vantagens comparativas do país**, – população, língua unificadora, território e ambiente – para a reafirmação da sua **soberania nacional**, num contexto global de forte pressão para que as economias emergentes mantenham uma agenda de submissão aos interesses dos países centrais.

Trata-se, portanto, de aprofundarmos o processo iniciado pelos dois mandatos do presidente Lula, consolidando um tipo de desenvolvimento contrastante com a globalização predatória, caracterizado pela supremacia do capital financeiro, que deu origem à crise do paradigma neoliberal.

¹ Tarso Genro, 61, é advogado e membro do Diretório Nacional do PT. Vinícius Wu, 28, é historiador e militante do PT.

² No caso latino-americano nos referimos, em especial, ao legado deixado por Mariátegui e pela Unidade Popular liderada por Salvador Allende no Chile.

Uma concertação social e política de novo tipo

A agenda aqui proposta contrapõe-se a uma visão voluntarista da revolução democrática e enseja a conformação consciente de um novo “bloco histórico”. Este só poderá emergir de uma nova articulação entre as bases materiais, econômicas e produtivas da sociedade, a cultura e a política, regulada pela idéia de nação democrática e alicerçada na **igualdade de direitos e na justiça social**. Trata-se, portanto, de uma aliança em favor de um projeto nacional, fundado no acordo democrático em torno do conteúdo material do Estado de Direito, na defesa do desenvolvimento econômico vinculado à sustentabilidade sócio-ambiental, e no reconhecimento da necessidade de reduzirmos drasticamente as desigualdades sociais e regionais do país.

A constituição deste novo bloco histórico dependerá de um patamar superior de diálogo e de reconhecimento do conflito democrático na sociedade, capaz de ensejar uma “concertação política” inovadora. Seu centro doutrinário funda-se num programa acordado para a construção da nação, que considere relevantes o **papel do Estado**, a **participação direta da sociedade** na construção de políticas públicas e o **potencial positivo do mercado socialmente regulado**.

A produção desta concertação não pode ser entendida como um “acordo nacional” que envolva todas as forças políticas do país. Seu objetivo é organizar uma **frente política de caráter programático**, para um futuro governo nacional que governe com uma maioria estável, comprometida com o projeto de nação.

O novo “bloco histórico”, portanto, deverá estruturar-se a partir de um mínimo de interesses econômicos e políticos comuns, base de um programa estratégico a ser cumprido pelas forças políticas que lhe darão suporte.

Esta concertação, porém, não será possível sem a inovação do conteúdo da fórmula tradicional “democrático-popular” – que, aliás, nosso partido vem desenvolvendo hoje só nominal e artificialmente – até porque esta formulação não dá mais conta da diversidade social do país. A interpretação atual de seu conteúdo também não leva em consideração o fim da experiência totalitária do socialismo, a renovação da estrutura de classes do país e do mundo e a **emergência dos novos e novíssimos movimentos sociais³ e culturais**, que se multiplicam na sociedade.

³ SANTOS, Boaventura de Souza & AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. [online]. Disponível na Internet via <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf>

Esta fórmula também não corresponde aos novos níveis de conflito e de integração regional já em curso, nem reflete os novos sujeitos sociais, que emergem dos atuais padrões de acumulação característicos da 3ª Revolução Científica e Tecnológica, seja pela simples universalização do telefone celular, seja pela vulgarização da Internet.

Castells nos oferece uma importante contribuição acerca do impacto da Revolução da Tecnologia da Informação na redefinição econômica, social e cultural das sociedades contemporâneas e de sua “penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana”⁴.

É preciso lembrar que estas novas tecnologias de trabalho, informação e lazer, incluíram dezenas de milhões no circuito dos serviços e da informação, transformando o lazer, as tarefas produtivas e complementares, num novo tempo “não-livre” integral, que inaugura um novo cotidiano de interação social e também de alienação política, gerador de novas culturas políticas e novas demandas corporativas e sociais. Como afirmam Cocco e Negri

“Somente uma política do trabalho, das novas forças produtivas vivas (e não apenas a administração das relações de produção) é capaz de qualificar um projeto de emancipação. Por esta razão, a organização e a dinâmica constitutiva dos movimentos (o trabalho dos movimentos) devem ser situadas como novo ponto de partida para pensar o desenvolvimento”⁵.

Do ponto de vista das alianças sociais e políticas que devem sustentar esta nova agenda, o que se propõe, portanto, é a superação positiva do arquétipo de alianças fundamentado, exclusivamente, na insígnia “democrático-popular”, redefinindo nosso leque de sustentação política, a partir do aprofundamento da **idéia de nação**, de **coesão social com cidadania** e do **reconhecimento dos novos sujeitos políticos e sociais** que emergiram com a revolução científico-tecnológica, em um ambiente de diluição negativa dos valores modernos.

⁴ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 24.

⁵ NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *GlobAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 35.

Crise do paradigma neoliberal e impotência das esquerdas

Observada a experiência em curso nos países mais desenvolvidos, pode-se presumir a **estratégia de resistência do neoliberalismo no período pós-crise**. Ela já foi aplicada, principalmente, pelos partidos sociais-democratas que convergiram para a direita, no continente europeu: instituição regulada da precariedade e da meia jornada, com redução da proteção social; busca da elitização do ensino superior, através da conformação de “centros de excelência”, criando, de fato, dois tipos de universidade; retorno a uma formação técnica elementar visando preparar mão de obra local para a prestação de serviços hoje considerados iníquos; e estímulo à “ascensão molecular” (moderadíssima) de pequenos grupos oriundos das camadas de mais baixa renda, proporcionando algum tipo de esperança na promoção social para os “de baixo”⁶.

A impotência da esquerda europeia, perante esta estratégia, foi flagrante. Não só as forças democráticas mais à esquerda não foram capazes de reformar o projeto socialista (com mais universalização dos direitos sociais e com uma justa socialização dos postos de trabalho), como também aceitaram a chantagem de que todos os problemas do crescimento estavam contidos no “custo” dos direitos sociais-democratas. Deixaram, sempre, em segundo plano a absorção – legal e ilegal – da renda real e/ou fictícia, pelas pessoas físicas e jurídicas, grupos de interesses, que detém o **controle manipulado do capital financeiro globalizado**.

O novo tipo de ação política desenvolvida pelo Presidente Obama nos EUA, pelo menos até agora, foi a única reação eficaz, no interior dos países desenvolvidos, tendo como fundamento a recuperação da idéia democrática de nação e apelando para a recoesão social do país, com base na justiça social e no respeito aos direitos. Guardadas as devidas particularidades nacionais, acreditamos que esta foi a resposta progressista e conseqüente, ofertada pela “esquerda possível” (no cenário americano) à crise dos valores economicistas do neoliberalismo. Se esta será mantida ou não é uma outra questão.

A crise do sistema financeiro global, com origem nos EUA, pode ter iniciado a destruição da cultura neoliberal, dos seus princípios econômicos transpostos para a política, da sua legalidade econômica transformada em ideologia. Mas esta é apenas uma possibilidade.

⁶ Gramsci, em diversas oportunidades, tratou da “ascensão molecular” no capitalismo industrial, como elemento de agregação social no capitalismo desenvolvido.

Se é verdade que os seus valores primordiais – fim das funções regulatórias do Estado, caminho “econômico” único e redução das emoções humanas à legalidade do consumismo predatório – estão expostos em sua desumanidade brutal, não é menos verdade que – ao menos no primeiro mundo – nenhuma força política consistente lhe opôs alguma alternativa econômica de longo prazo. Uma alternativa que, para se tornar hegemônica, deverá possuir capacidade de sedução no cotidiano e, assim, transformar em ação política coletiva uma pretensão civilizatória baseada na luta contra as desigualdades e a xenofobia.

No Brasil, em que pese as formulações e os “registros” da crise do neoliberalismo, ainda não emergiu na cena política, até aqui, nenhuma proposta capaz de herdar a liderança do governo Lula, para **aprofundar o programa pós-neoliberal** esboçado pelo atual governo. O esforço da esquerda deve ser dirigido neste sentido.

Aliás, cumpre destacar que apenas o próprio governo reagiu fortemente à queda do “muro de Berlim” do capital financeiro, com uma estratégia que subordina as forças do mercado, as relações internacionais e as políticas econômicas anticíclicas, à retomada do crescimento sustentável e a uma distribuição de renda mais justa.

O fato é que nenhuma força política teve a capacidade de apresentar uma agenda de **continuidade e aprofundamento da Revolução Democrática**, perante os novos desafios da globalização neoliberal em sua fase de instabilidade estrutural. E isto inclui o nosso Partido.

No processo de construção, divulgação e formação da opinião sobre a crise, estivemos praticamente ausentes como sujeito político coletivo: o PT não conseguiu falar sobre a crise de maneira impactante, não mobilizou-se para sustentar o discurso crítico à globalização predatória feito pelo Presidente Lula, não propôs novas medidas nem o aprofundamento das antigas contra a herança neoliberal.

E assim, tudo se passou, principalmente a partir das análises da maioria da grande imprensa, como se o Presidente Lula fosse um mero seguidor das políticas monetárias e fiscais de Malan e como se estas – e não as ações estratégicas desenvolvidas pelo nosso governo – tivessem preparado o país para sofrer com menos intensidade os abalos decorrentes da crise financeira que se abateu sobre a economia mundial.

Em parte, a atenção dada à crise pelo PT não apenas foi insuficiente para recriar um caminho para a esquerda, como também evidenciou a adesão, pelo

menos implícita, de alguns de nossos quadros aos valores do neoliberalismo, ainda que relativizada por um discurso “social”.

A retomada dos investimentos públicos, a recuperação das reservas e o aumento significativo do poder aquisitivo das camadas de baixa renda, (inclusive do setor público federal), enfim, as políticas distributivas e de crescimento do governo Lula (incluindo a nossa política externa ofensiva e os créditos subsidiados para o consumo) é que nos prepararam para enfrentar a crise. Não foram as políticas de absenteísmo do Estado professadas pelo governo anterior.

A nova “Questão Democrática” as novas classes médias no Brasil.

As ações de governo do Presidente Lula vêm mudando, internamente, as classes e as relações entre os diversos segmentos sociais no país. Além das classes e setores de classes tradicionalmente existentes na nossa formação social capitalista emergente e dependente, hoje, graças à diversidade das políticas públicas do governo federal e às mudanças econômicas globais no processo do trabalho, surgem novos grupos sociais no entorno e no interior das classes trabalhadoras e das tradicionais “classes médias”.

Alguns destes setores já são chamados de “nova classe média” – formada por novos grupos de trabalhadores braçais e intelectuais, artistas, técnicos, promotores culturais nas periferias e nas zonas suburbanas, novas multidões estudantis (fora dos eixos tradicionais das universidades públicas) novos setores empresariais médios, pequenos e grandes.

Estes novos grupos empresariais voltados para obras públicas e para novos padrões energéticos se somam, também, ao surgimento de mudanças culturais e políticas no “Brasil profundo”, originadas pelos avanços democráticos obtidos nos últimos anos, como a universalização do acesso à escola básica, a criação do ProUni, a expansão da universidade pública e até mesmo o acesso primário à luz elétrica por milhares de famílias que renovaram a sua relação com a vida após esta experiência.

Dentro destas novas classes emergentes e grupos sociais renovados, no interior das classes sociais tradicionais (também tocadas economicamente e culturalmente por estas mudanças) já existe uma disputa política e ideológica – espontânea ou deliberada – sobre os **rumos da sociedade brasileira atual**. Ela

se desenvolve em torno da temática do crescimento e da integração global, e será decisiva no debate sucessório de 2010, já tendo, inclusive, se manifestado nas eleições municipais de 2008.

A disputa, na verdade, é pela apropriação dos frutos da democracia, sobre o “valor” – econômico e social – da preservação ambiental e sobre a qualidade de vida nas grandes regiões metropolitanas. Um debate sobre o modo de vida atual e futuro, gerador de novos conflitos políticos que ora se expressam no processo eleitoral, ora como arte em ascensão, ora como revoltas irracionais e inconseqüentes (como na formação de tribos, delinqüentes ou não). Conflitividade que atemoriza a vida urbana e ocupa o espaço público, numa situação que gera perplexidade, insegurança, medo, mas também novos protagonismos na arena social.

A questão democrática no país, que até a alguns anos revelava-se de forma mais expressiva no repúdio ao “ranço autoritário” e nos temores de desestabilização da democracia, hoje expressa-se mais fortemente nas questões relacionadas ao modo de vida, à segurança pública, à incerteza das famílias perante o futuro, que debilita o núcleo familiar como organizar da vida comum. Também expressa-se nas tensões decorrentes da luta pela qualidade do emprego e pela superação do “apartheid social”.

À questão democrática não resolvida, de fato, baseada naquelas heranças tradicionais da ditadura, soma-se, então, a “nova questão democrática”. Esta é, na verdade, **a soma de conflitos em torno da busca de um novo nível de coesão social, cultural e educacional**, capaz de gerar, já no presente, uma vida mais estável. Uma vida mais segura e pautada por novos níveis de igualdade e solidariedade. A utopia, portanto, desceu para o presente e a história torna-se, rapidamente, cada vez mais ação no cotidiano. A velocidade das transformações históricas no tempo presente faz do futuro o “agora”.

O futuro da Revolução Democrática: apontamentos para uma nova síntese programática.

Pensar o futuro da revolução democrática é pensar nos desafios de um governo pós-Lula, capaz de assimilar seu legado e dar prosseguimento à revolução democrática em curso. Há um amplo espaço de disputa aberto em torno da continuidade e do aprofundamento da agenda pós-neoliberal. O seu

desfecho dependerá, em grande medida, da ampliação da participação popular e do protagonismo dos diversos atores sociais interessados na consolidação deste novo projeto de nação.

Novos sujeitos sociais despontam no cenário político nacional. Sua efetiva integração à democracia brasileira será um elemento decisivo para a renovação da utopia democrática que deu origem à vitória eleitoral das forças populares em 2002 e 2006.

A estabilização dos avanços conquistados nos últimos anos e o aprofundamento da atual tendência de redução do nível de desigualdade são os dois eixos estruturantes através dos quais devemos orientar os esforços da nação. Dinamizar a gestão do Estado e organizar uma coalização de centro-esquerda consubstanciada por compromissos programáticos nitidamente delimitados, são duas condições políticas indispensáveis para que o país avance também do ponto de vista de suas instituições políticas.

Há desafios enormes. Entretanto, não apenas já abrimos um caminho positivo, como também criamos as condições para exigirmos um pouco mais de nós mesmos. E é isto o que **nos possibilita imaginar uma agenda de longo prazo para o Brasil**. A atual crise também pode proporcionar ao país a oportunidade de apresentar ao mundo um novo paradigma de desenvolvimento econômico – sustentável do ponto de vista ambiental e profundamente marcado pela inclusão social. Recentemente, Jim O’Neill, do grupo Goldman Sachs, criador do termo BRIC (acrônimo criado em novembro de 2001 para designar os 4 principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China) afirmou ser o Brasil o “melhor” entre os BRIC’s, exatamente por conciliar desenvolvimento, democracia e inclusão social.

O Brasil reúne condições de participar ativamente da construção de uma nova ordem mundial. Em artigo recente intitulado *“Dreaming with BRIC’s: The Parth to 2050”*⁷, o próprio grupo Goldman concluiu que, mantida a atual trajetória, em menos de 40 anos as economias dos BRIC’s, juntas, podem superar as do G8. Já em 2025 podem representar a metade do tamanho do G8, e em 2050, somente os EUA e o Japão estarão entre as seis maiores economias do mundo, junto com os quatro BRIC’s.

⁷ Apud VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (org). *Na Crise Global como ser o melhor dos BRIC’s*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo. 2009.

Se realmente pretendemos levar a sério a possibilidade de o Brasil tornar-se uma potência econômica (e social) no século XXI, será preciso avançar nas estratégias de desenvolvimento que temos utilizado e dotar o país de uma nova cultura de planejamento e formulação estratégica capaz de projetar o país que queremos construir nas próximas décadas.

O aprofundamento da Revolução Democrática demandará a realização de esforços no sentido da ampliação da proteção social e do desenvolvimento humano. E um dos maiores desafios para a obtenção de resultados mais eficazes, nesta área, será a **promoção da transversalidade das políticas sociais**, a partir de estratégias que articulem – respeitando as demandas de cada região e de cada segmento social – políticas de educação, saúde, reforma agrária, moradia, transporte coletivo para massas, segurança pública, geração de trabalho e renda, economia solidária, assistência social, segurança alimentar e nutricional, transferência de renda, estímulo à agricultura familiar, abastecimento, saneamento, cultura. Afinal, como aponta Pochmann

“A divisão do aparelho de Estado em ‘caixinhas’, que se fragmentam mais com as especializações da intervenção pública traduzidas pela setorialidade da educação, saúde, habitação, transporte, entre outras, precisa ser considerada à luz das exigências da coordenação e gestão das ações, da matricialidade das políticas e da integração dos esforços no plano territorial”⁸

Este é o próximo passo necessário no enfrentamento à miséria e à pobreza em nosso país. **A transversalidade potencializará o impacto das políticas sociais, tornando-as mais eficazes e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades.**

A nova etapa da Revolução Democrática nos exige, ainda, respostas ao esgotamento do atual sistema político. Desta forma, torna-se imperiosa a realização de uma profunda **Reforma Política**, que reformule o sistema eleitoral-partidário, fazendo com que os Partidos políticos afirmem sua identidade programática e tornem-se os efetivos sujeitos da democracia brasileira. Deve proporcionar, ainda, a ativação política dos sujeitos sociais surgidos a partir da implantação da nova agenda social proposta pelo governo Lula.

⁸ POCHMAN, Marcio. Por um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo. In: VELOSO, João Paulo dos Reis, CAVALCANTI, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, *A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 32.

A Reforma política deve caminhar ao lado da já mencionada **melhoria da capacidade de planejamento e gestão do Estado**, possibilitando o aumento da eficiência social dos serviços públicos e da participação popular na formulação e controle das políticas públicas.

E como o aprofundamento da revolução democrática exige a continuidade do crescimento econômico, associado à distribuição de renda, torna-se indispensável fomentar o **progresso técnico e a inovação tecnológica**, através da ampliação dos investimentos em P & D, com vistas a assegurar uma **participação mais dinâmica da indústria brasileira no comércio internacional**. A diversificação da pauta de exportações em direção a bens de conteúdo tecnológico mais elevado é imprescindível ao estabelecimento de um ciclo de crescimento duradouro. Desta forma, o país estará menos suscetível às variações do valor das *commodities* no mercado internacional.

A Refundação republicana do Estado brasileiro.

Qualquer partido de esquerda que se proponha a recolocar a utopia socialista no horizonte das disputas políticas concretas que serão travadas no próximo período, deve considerar o nível de consciência e de organização das velhas e novas classes trabalhadoras no país; a disposição de vastos setores empresariais expressivos em participar desta empreitada; a legitimidade e a sustentabilidade de uma determinada plataforma transformadora; o ambiente internacional; a possibilidade de construção de uma coalizão política e social, capaz de sustentar uma agenda de mudanças e, ainda, a viabilidade desta coalizão construir uma nova hegemonia em torno de algumas idéias-chave, que alimentem um novo bloco histórico, capaz de conduzir o país rumo à definitiva superação do paradigma neoliberal.

O desafio principal colocado para o PT, hoje, é o de atualizar um programa de profundas reformas democráticas, que incidam sobre as atuais estruturas de poder no país e proporcionem o aprofundamento do processo democrático, a ampliação da cidadania e a efetiva republicanização do Estado brasileiro. Trata-se, pois, de militar para promover uma verdadeira modernização democrática Republicana do Brasil.

É possível afirmar que os dois mandatos do presidente Lula criaram as pré-condições necessárias ao desencadeamento de um processo mais amplo de mudanças estruturais, porém não arriscaríamos dizer – e não acreditamos

que alguém em sã consciência o faria – que possamos pretender “decretar” uma transição socialista no Brasil. Afinal, sequer temos, no Brasil de hoje, um Estado suficientemente estruturado, apto para servir de mediador democrático para uma transformação socialista. E ainda que houvesse, já, um Estado estruturado, é preciso rejeitar a tradicional visão estatista de construção do socialismo. Socialismo não é Estado “forte” voltado para os mais pobres. Socialismo é sociedade civil organizada, participação política, democracia participativa e economia socialmente regulada, para reduzir, crescentemente, as desigualdades que sequer foram superadas nos próprios países ditos socialistas.

Rejeitar a “estatolatria”⁹, o culto acrítico ao Estado, presente em boa parte das formulações e análises da esquerda tradicional, que identifica o Estado como o início e o fim de todo sistema social, é indispensável a um projeto democrático e socialista no mundo contemporâneo.

O socialismo que propugnamos deve ser compreendido como um avanço em direção à Democracia substancial; a mais completa ampliação da democracia, capaz de reorganizar a economia e o aparelho de Estado no sentido não do seu mero fortalecimento, mas sim de sua maior legitimação, fundada no controle das funções públicas pela sociedade civil.

E talvez seja necessário, aqui, ressaltar o quanto a teoria republicana revela-se valiosa para a renovação do pensamento socialista nesse início de século. O traço distintivo fundamental da teoria republicana (e que pode colaborar enormemente com a revitalização da utopia socialista) é o entendimento de que a busca pelo bem comum só faz sentido se realizada em meio à crescente intervenção consciente dos indivíduos na esfera pública, em um ambiente no qual quem governa se submete às leis e ao “controle” público.

Em um socialismo republicano, não há espaço para mandonismo ou substitucionismo. Nem “César”, nem “Tribuno do Povo”. Afinal, a própria filosofia da práxis é hostil a todo tipo de autoritarismo ou totalitarismo¹⁰. O encontro entre a tradição socialista e a cultura republicana, a propósito, é um dos grandes desafios teóricos da esquerda no século XXI.

⁹ GRAMSCI, Antonio. “Textos selecionados de Gramsci”, in COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*, Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 194.

¹⁰ LOWY, Michael. *Por um marxismo Crítico*. in LOWY, Michael e BENSALID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 60.

Conclusão

Procuramos aqui, modestamente, colaborar com a resolução daquele que talvez seja o principal dilema da esquerda contemporânea, qual seja, o de elaborar uma **estratégia política socialista realizável no tempo presente**. Não interessa, aliás, à renovação da aposta socialista neste início de século, nenhuma “receita” que tenha como único desdobramento prático a animação das diversas modalidades de diletantismo acadêmico de esquerda. Menos ainda interessa optar pela paralisia intelectual e “requestrar” formulações estratégicas de uma ou duas décadas atrás, que apenas sirvam para legitimar uma ação pragmática, dissociada de uma orientação estratégica transformadora.

O “programa socialista” propugnado por alguns de nós, hoje, apartou-se, definitivamente, da ação política cotidiana. Tornou-se, assim, artefato de festividades. Quando um partido de esquerda realiza – consciente ou inconscientemente – esta opção, abre-se o caminho para o oportunismo – esquerdista ou de direita – e para o pragmatismo sem princípios. O desafio, portanto, é contribuir para a atualização de uma plataforma socialista no tempo presente, que ofereça respostas à complexidade da sociedade brasileira e considere a experiência real e os avanços concretos obtidos após os dois mandatos do presidente Lula.

Desta forma, a questão que se coloca é a reflexão sobre o papel dos socialistas frente à “nova questão democrática”, ou seja, quais as tarefas da esquerda brasileira diante dos novos desafios que se apresentam neste longo percurso, até a realização plena de uma República democrática, soberana e socialmente justa no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Boaventura de Souza & AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. [on line]. Disponível na Internet via <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf>

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (org). *Na Crise Global como ser o melhor dos BRIC's*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo. 2009.

POCHMAN, Marcio. *Por um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo*. In: VELOSO, João Paulo dos Reis, CAVALCANTI, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, *A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008

GRAMSCI, Antonio. “*Textos selecionados de Gramsci*”, in COUTINHO, Carlos Nelson. Porto Alegre, L&PM, 1981.

LOWY, Michael. *Por um marxismo crítico*. in LOWY, Michael e BENSARD, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

